



PL 2889/2021
00002

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

EMENDA Nº
(ao PL nº 2.889, de 2021)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei (PL) nº 2.889, de 2021:

“**Art.** É vedada aos planos e seguros privados de assistência à saúde a exigência de consentimento do companheiro para inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU) ou Sistema Intrauterino (SIU) em mulheres casadas ou em união estável.

JUSTIFICAÇÃO

A lei 9.263 de 1996, que dispõe sobre o planejamento familiar, estabelece que a esterilização cirúrgica, como a laqueadura e a vasectomia, só deve ser feita com o consentimento expresso de ambos os parceiros, caso sejam casados. No entanto, algumas operadoras de planos de saúde fizeram uma interpretação desse artigo, estendendo a exigência para o DIU, que não é um método de esterilização definitiva, mas sim um método contraceptivo apenas.

Em seu art. 9º, a lei de planejamento familiar prevê que, para o exercício do planejamento, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção.

Nos termos da Constituição Federal, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, não cabendo ao homem interferir no direito de liberdade da mulher em escolher engravidar ou não, mediante expressão de consentimento na inserção de métodos contraceptivos.



SF/22166.46270-30

No entanto, mesmo diante do disposto na Constituição e das leis que garantem a liberdade de escolha da mulher sobre a utilização de tais métodos, alguns planos de saúde mantiveram, em seus contratos, a exigência – sem previsão legal para tanto – de consentimento expresso de seus cônjuges para a colocação do Dispositivo Intrauterino (DIU), dificultando sobremaneira o exercício de um direito das mulheres: a escolha sobre ter ou não filhos e qual método contraceptivo usar.

Além disso, cumpre esclarecer que o DIU é utilizado, também, para outras finalidades, tais como diminuição de sangramento, cólicas e tratamento de endometriose.

Pelo exposto, apresentamos a presente Emenda, vedando que os planos e seguros privados de assistência à saúde exijam o consentimento do companheiro para a inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU) ou Sistema Intrauterino (SIU) em mulheres casadas ou em união estável. Essa medida se mostra essencial neste momento, para proteger a autonomia e a independência das mulheres.

Convicta da relevância desta proposta, pedimos o apoio de nossos Pares.

Sala das Sessões,

Senadora SORAYA THRONICKE

